

Senado aprova teto de 17% para ICMS de combustíveis

Sinal verde. Senado aprova teto para ICMS: medida é considerada peça-chave de pacote de subsídio a combustíveis anunciado pelo governo quatro meses antes da eleição e que custa R\$ 46,4 bilhões

INFLAÇÃO E ELEIÇÃO

LIMITE DE 17% PARA ICMS AVANÇA

Senado aprova teto de imposto para combustíveis. Texto volta à Câmara

FERNANDA TRISOTTO,
MANOEL VENTURA E ALICE CRAVO
@globoespecialistas

O Senado aprovou na noite de ontem o projeto que cria um teto para o ICMS de combustíveis, energia, telecomunicações e transporte coletivo. O objetivo é limitar o imposto, o mais importante dos estados, a 17% para estes setores, classificando-os como produtos essenciais.

A proposta virou prioridade do governo Jair Bolsonaro (PL) em ano eleitoral. Há casos de alíquotas de 34% em alguns destes produtos. Com o limite menor, a expectativa do Planalto é que isso possa dar um alívio na inflação às vésperas da eleição.

Como o texto passou por mudanças, ele deve voltar a ser analisado pelos deputa-

dos, o que está previsto para ocorrer na próxima segunda-feira, permitindo a promulgação da lei ainda em junho. O texto foi aprovado com o voto de 65 senadores, incluindo parlamentares da oposição, e apenas 12 votos contrários.

A proposta deve ter impacto no caixa dos governadores. O texto prevê limite de 17%, com exceção de alguns estados, que trabalham com alíquota para produtos essenciais em 18%, mas que são minoria. O objetivo é tentar reduzir os preços antes das eleições, mas não há garantia de que esses efeitos serão sentidos no bolso dos consumidores.

A redução do preço dos combustíveis é uma obsessão do governo, que ganhou o endosso do Congresso, em ano eleitoral. A ala política

do governo identifica o aumento dos preços de gasolina e diesel como um ponto-chave que precisa ser resolvido para que o presidente volte a ganhar popularidade. Ao longo da escalada de preços, Bolsonaro fez repetidas críticas, culpando a Petrobras e os estados.

O projeto aprovado ontem é peça-chave de um pacote anunciado na semana passada pelo governo para subsidiar o diesel até o fim do ano. A proposta vai custar R\$ 46,4 bilhões aos cofres do governo federal neste ano.

Além do teto do ICMS, esse conjunto de ações engloba uma proposta de emenda à Constituição (PEC), em que o governo quer zerar tributos federais que incidem sobre gasolina e etanol — já há isenção sobre o diesel — até o fim do ano. Além disso,

prevê compensar os estados que aceitarem zerar o ICMS sobre diesel, gás de cozinha e gás natural. Além disso, outra PEC determina que os estados devem fixar alíquota de 12% para o etanol. As duas PECs serão votadas primeiro no Senado.

QUEDA DE R\$ 1,65 NA GASOLINA

A estimativa do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), relator do projeto e das PECs do governo, é que as medidas irão reduzir em R\$ 1,65 o litro da gasolina e em R\$ 0,76 o litro do óleo diesel. Em média, o litro da gasolina está sendo vendido nos postos do país a R\$ 7,21 e o do diesel, a R\$ 6,88, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Havia um consenso entre os senadores de que era necessário aprovar alguma medida

que pudesse trazer alívio aos consumidores, mas houve muita discussão sobre como sistematizar as compensações para estados, municípios e fundos, como o Fundeb, de educação básica.

Além disso, a divulgação de uma proposta de acordo dos estados com a conciliação do Supremo Tribunal Federal (STF) embolou a votação (leia mais no texto abaixo). Alguns parlamentares chegaram a pedir o adiamento da votação para aguardar as discussões sobre um acordo entre governo e estados.

No Ministério da Economia, a aprovação da proposta foi vista com alívio. E ao menos um ministro do STF indicou ao GLOBO, sob anonimato, que a aprovação do projeto pelo Congresso pode limitar as chances de um acordo nos termos propostos ao ministro

André Mendonça. Ainda assim, caso o projeto vire lei, poderá ser questionado na Corte pelos estados, que, no passado, conseguiram no STF criar regra de transição para evitar cortes bruscos de receitas com mudanças tributárias.

O relator do texto já tinha alterado o projeto em relação à proposta aprovada na Câmara. Ele acatou mais mudanças sugeridas pelos senadores.

Uma emenda acatada foi a de José Serra (PSDB-SP), que aperfeiçoa o sistema de gatilho para a compensação dos estados. Bezerra já havia acatado um pedido dos estados: para que o gatilho não considerasse uma perda global de arrecadação de 5%, mas que considerasse a perda de receita com cada produto. Isso tornaria mais fácil que o estado recebesse alguma forma de reparação. Serra sugeriu que seja considerada a inflação do período no cálculo:

— Os secretários estão fazendo conta e sabem que, mesmo a gente tendo acatado a proposta deles, tendo em vista o excepcional desempenho da receita, até com a inflação, é possível que o gatilho não seja disparado, mesmo considerando só a base dos produtos que estão tendo as suas alíquotas reduzidas — afirmou.

O mecanismo de compensação a estados valerá por seis meses. Além de permitir o abatimento das dívidas de estados com a União, a eventual diferença entre a perda de arrecadação desses produtos, respeitado o gatilho, poderá ser usada para pagar dívidas com outros credores, desde que autorizado pelo governo.

Bezerra acatou mudanças para garantir que seja mantida a proporção de repasses para o Fundeb e o piso de saúde. Uma emenda aprovada determina que a União deve garantir que o Fundeb não tenha perdas com o teto do ICMS. O senador aceitou mudanças que beneficiam refinarias: zerou tributos federais sobre gás de cozinha, gás natural, diesel e compras de petróleo por estas empresas.

BOLSONARO COMEMORA

Antes mesmo da aprovação, pela manhã, Bolsonaro comemorava a medida e fazia previsões otimistas sobre a redução do preço dos combustíveis: ele afirmou que o preço da gasolina pode cair R\$ 2 com o teto do ICMS.

— Eu mesmo fiz a conta — disse ele, que ontem ainda voltou a pedir a apoiadores que tirem foto dos preços de combustíveis na bomba para comparação futura.

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 11